

Contratos Interadministrativos – Freguesias

22. Contratos Interadministrativos de delegação de competências – Freguesias.

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias:

- a) Junta de Freguesia de Figueiredo, para execução da obra denominada “Requalificação parcial da Rua das Mimosas - Figueiredo”, no valor de 6 812,62€;
- b) União de Freguesias de Escudeiros e Penso (St. º Estêvão e São Vicente), para execução da obra denominada “Repavimentação da Rua da Poça - Penso (São Vicente)”, no valor de 58 694,11€;
- c) União de Freguesias de Guisande e Oliveira (S. Pedro), para execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação parcial da Rua Volta do Carro”, no valor de 157 682,17€;
- d) Junta de Freguesia de Adaúfe, para execução da obra denominada “Reforço de Verba – Pavimentação da Rua 5 de Outubro - Adaúfe”, no valor de 5 169,46€;
- e) União de Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Estêvão e S. Vicente), para execução da obra denominada “Honorários/Projeto – Repavimentação da Rua da Poça – Penso (S. Vicente)”, no valor de 4.590,00€;
- f) Junta de Freguesia de Sequeira, para execução da obra de “Construção do Parque de Lazer e Recreio de Sequeira”, no valor de 88.696,16€.

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Que, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de Figueiredo o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: **«Requalificação parcial da Rua das Mimosas – Figueiredo»**
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **6 812,62€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;



7. Que, pelo presente, o Município delega na Freguesia de Figueiredo a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **6 812,62€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na Junta de Freguesia de Figueiredo para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **6 812,62€** (seis mil, oitocentos e doze euros e sessenta e dois cêntimos) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 04 de Setembro de 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Que, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Estêvão e S. Vicente)** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução do Projeto denominado: **«Honorários/Projeto – Repavimentação da Rua da Poça – Penso (S. Vicente)»**
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução do projeto, no valor de **4.590,00€ (quatro mil, quinhentos e noventa euros)**, que foi validado pela Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na Freguesia de Escudeiros e Penso (S. Estêvão e S. Vicente) a competência e a responsabilidade pela contratação, execução do mencionado projeto, transferindo, para o efeito, uma verba de **4.590,00€ (quatro mil, quinhentos e noventa euros)** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Estêvão e S. Vicente)** para a realização do projeto da obra supra referida, transferindo uma verba **4.590,00€ (quatro mil, quinhentos e noventa euros)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 20 de Setembro de 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Que, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de Guisande e Oliveira (S. Pedro) o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: **«Alargamento e pavimentação parcial da Rua Volta do Carro»**
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **157 682,17€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;



7. Que, pelo presente, o Município delega na Freguesia de Guisande e Oliveira (S. Pedro) a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **157 682,17€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na Junta de Freguesia de Guisande e Oliveira (S. Pedro) para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **157 682,17€** (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois euros e dezassete cêntimos) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 11 de Setembro de 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO EM

18/06/2021

Considerando que:

1. Em 18 de junho de 2021 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Freguesia de Adaúfe, para contratação, fiscalização e execução da obra de «Pavimentação da Rua 5 de Outubro - Adaúfe»;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba de 55 683,50€ (cinquenta e e cinco mil, seiscentos e oitenta e três euros e cinquenta cêntimos - IVA incluído);
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 6ª do contrato, estabelece que o *“montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentada e justificada, objeto de acertos financeiros”*;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado para **“Reforço de Verba – Pavimentação da Rua 5 de Outubro - Adaúfe”**
5. A Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias e a DMOSM confirmaram e validaram a presente informação, conforme documentos anexos;
6. Validando ainda a verba de **5 169,46€** (cinco mil, cento e sessenta e nove euros e quarenta e seis cêntimos - IVA incluído), a atribuir;

ASSIM SENDO, PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao Contrato Interadministrativo referido, que se anexa.

Braga, 8 de Setembro de 2023

O Presidente da Câmara,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de Escudeiros e Penso (St.º Estêvão e São Vicente) o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: **«Repavimentação da Rua da Poça – Penso (São Vicente)»**
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **58 694,11€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;



7. Que, pelo presente, o Município delega na Freguesia de Escudeiros e Penso (St.º Estêvão e São Vicente) a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **58 694,11€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na Junta de Freguesia de Escudeiros e Penso (St.º Estêvão e São Vicente) para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **58 694,11€** (cinquenta e oito mil, seiscentos e noventa e quatro euros e onze cêntimos) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 12 de Setembro de 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO EM

29/11/2021

Considerando que:

1. Em 29 de novembro de 2021 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Junta de Freguesia de Sequeira, para contratação, fiscalização e execução da obra de «**Construção do Parque de Lazer e Recreio de Sequeira**»;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba de 158 032,29€ (cento e cinquenta e oito mil e trinta e dois euros e vinte e nove cêntimos - IVA incluído);
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 6ª do contrato, estabelece que o *“montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentada e justificada, objeto de acertos financeiros”*;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado, sendo necessário um reforço da verba inicialmente aprovada;
5. Os técnicos responsáveis da C.M.B. confirmaram e validaram a presente informação, conforme documentos anexos;
6. Validando assim a verba de **88 696,16€** (oitenta e oito mil, seiscentos e noventa e seis euros e dezasseis cêntimos - IVA incluído), a atribuir;

Assim sendo,

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao Contrato Interadministrativo referido, que se anexa.

Braga, 28 de Setembro de 2023

O Presidente da Câmara,

(Dr. Ricardo Rio)